

O FENÔMENO DO BACHARELISMO À LUZ DE GILBERTO FREYRE

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes³⁵

RESUMO

Este trabalho visa analisar os elementos constitutivos do bacharelismo no Brasil, a partir da contribuição de Gilberto Freyre nas obras *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Assim, não só identificou alguns elementos da herança cultural portuguesa presentes na intelectualidade colonial, como analisou o modo como se deu a inserção deste novo grupo na sociedade brasileira. Para tanto, também contou com as análises de Sérgio Buarque de Holanda e Manoel Bomfim, cujas ideias foram trabalhadas não em suas oposições metodológicas, mas naquilo em que elas se complementam. Vale dizer que a intenção deste artigo não é confrontar autores, mas sim discutir como eles podem auxiliar na definição do que foi o bacharelismo no Brasil. Deste modo, já se pode afirmar que o bacharelismo é um fenômeno social decorrente e formador do processo de modernização da sociedade brasileira, cujo marco histórico inicial foi a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Seu advento vem como resposta às exigências de construção ideológica e técnica da nação brasileira e a sua lógica interna apresenta-se em movimento dialético de diferenciação e assimilação da população mestiça do país.

Palavras-chave: Bacharelismo, Intelectuais, cultura.

95

1 INTRODUÇÃO

O bacharelismo não é um fenômeno exclusivo do Brasil, segundo Manoel Bomfim (1993), apresentando-se como um grupo social típico das sociedades pós-coloniais latino-americanas. Nestas, a atividade intelectual ganhou força com a tradição bacharelesca, a qual abraçava principalmente médicos, juristas e engenheiros.

Seu advento se constituiu num aspecto do processo de modernização dos países colonizados, processo este que se deu “aos saltos”, pois não passou pelas etapas históricas da formação social capitalista, vivenciadas no antigo continente. Logo, o que aconteceu foi uma espécie de superposição de processos civilizatórios, nos quais os nativos oscilaram entre dois extremos, visto que “quando saem da rotina irracional, caem nas aplicações eruditas” (BOMFIM, 1993, p. 170)

A questão que se coloca neste breve estudo é compreender as particularidades da constituição do fenômeno do bacharelismo na sociedade

³⁵ Mestre em ciências Sociais e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

brasileira, contribuindo com elementos para a sua definição. Para isto, buscou-se colher informações presentes nas obras de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, para melhor compreender os principais traços culturais da colonização portuguesa e o início do processo de modernização da sociedade brasileira, demarcado pela chegada da família real ao Brasil.

Freyre foi adotado como fonte essencial de investigação, visto que suas obras *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos* tratam da formação da sociedade patriarcal no Brasil em seus períodos de Colônia e Império, respectivamente.

Ressalta-se que o referido autor não define o fenômeno do bacharelismo, mas, ao longo de seus escritos, traz de forma esparsa informações úteis à montagem de um quadro referencial a seu respeito. Logo, a indiscutível riqueza de detalhes contida neste material é a principal razão de sua escolha, sem contar com outras informações complementares que orbitam este mesmo tema.

Deste modo, o presente texto subdivide-se em três partes historicamente sequenciais: as matrizes culturais da intelectualidade brasileira; a inserção social dos bacharéis na sociedade brasileira; e a identidade social dos bacharéis brasileiros. Estas facetas buscam esclarecer como as matrizes coloniais influenciaram na formação da intelectualidade brasileira, analisar de que forma se deu a inserção dos bacharéis na sociedade brasileira, por meio da identificação dos seus impactos no poder do *pater* famílias, e, por fim, conhecer alguns aspectos da origem e das práticas dos bacharéis brasileiros na formação de sua identidade social.

É importante salientar que não é objetivo deste trabalho confrontar autores em suas oposições metodológicas, mas buscar em cada um aquilo em que eles se complementam e podem agregar ao esforço de definição do fenômeno do bacharelismo brasileiro, que é a razão de ser deste artigo.

2 AS MATRIZES CULTURAIS DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA

As dificuldades socioambientais que os colonizadores portugueses encontraram para constitui uma aristocracia nos trópicos não os impediu de adotar práticas sociais remanescentes de tempos feudais. Tal atitude é atribuída por Gilberto Freyre (2002a) como uma forma de retificar os incidentes da história dos portugueses, compensando-lhes a perda de prestígio no cenário internacional.

Sobre o aspecto da herança cultural portuguesa, Gilberto Freyre (2002a) ressalta que este tipo de comportamento, que tem por foco a diferenciação social, possui, junto ao colonizador, origens históricas, isto porque, mesmo findadas as conquistas asiáticas, a nação portuguesa alimentava em seu povo uma “mística imperialista já sem base”. Esta ilusão de opulência formou o português da época como sendo “um povo que vive a fazer de conta que é poderoso e importante. Que é supercivilizado à europeia”. (FREYRE, 2002a, p. 317)

Deste modo, a necessidade de mostrar-se importante gerou no colonizador português um comportamento social elitizado, o qual influenciou diretamente no fato de a colonização brasileira ter ocorrido de forma mais aristocrática do que no restante da América. Como analisa Freyre (2002a, p. 316): “supondo-se diminuído ou negado pela crítica estrangeira, artificializou-se num português-para-inglês-ver (...)”.

Em suma, a saudade de um passado de esplendor levou o colonizador português a uma exagerada necessidade de distinção social, a qual transparece na enorme vastidão de terras, de escravos, de roupas quentes de seda, de porcelanas e da prataria ostentados pelos portugueses.

Contudo, apenas a prática de ostentar riquezas materiais não foi suficiente para suportar o processo de intensa instabilidade da riqueza rural que ocorria no Brasil. Fatores como a miscigenação, o pouco apreço pelo trabalho manual³⁶, a dependência do escravo negro, fragilidades comerciais advindas da monocultura, levaram a um processo de “degenerescência e dispersão da aristocracia na colônia”. (FREYRE, 2002a, p. 374)

No início do século XIX, os descendentes dos aristocratas já se encontravam com suas riquezas e sua força política reduzidas, visto que a lógica aristocrática, patriarcal e escravocrata, que por tanto tempo dominou a organização da sociedade, começava a competir com o germe de um Estado em formato moderno, burocrático e impessoal. Nesta situação, ganha relevo outra prática de distinção social: a educação dos filhos.

Sobre isto, as descrições apontam para uma forma tristonha e fria de moldar as crianças, as quais eram percebidas como sendo os *veículos civilizadores* do país.

³⁶ De acordo com os relatos de Martim Francisco (apud FREYRE, 2002a) as leis portuguesas da época da colonização retiravam os foros de nobreza das pessoas que, mesmo sendo de procedência nobre, exercessem ofícios manuais.

Não obstante, os barões e viscondes do Império “para tomarem ar de europeus, não só deram para forrar os tetos das casas-grandes – até então de telha-vã – como para adotar regras de bom-tom francesas e inglesas nas criações dos filhos. E adotá-las com exageros e excessos. A vítima deste esnobismo dos barões foi o filho.” (FREYRE, 2002a, p. 511).

No tocante aos problemas das sociedades de origem colonial, o processo de dominação cultural, ao qual foram submetidas, torna bastante complexa a tarefa de analisar sua vida intelectual. As colônias portuguesas foram muito mais controladas no tocante à educação da população que as colônias espanholas. Nelas, “se proibiu a criação de universidades e escolas superiores na colônia, obrigando-se os coloniais a buscarem o ensino superior na metrópole”. (CARVALHO, 2008, p. 126).

Nesta época, o fenômeno do bacharelismo iniciava sua difusão entre as melhores famílias do país, as quais podiam enviar seus filhos para estudar fora. Sobre este fenômeno do academicismo dos intelectuais nacionais, Gilberto Freyre (2002a) encontra semelhanças com a cultura israelita³⁷ que fora difundida em Portugal no século anterior. Os traços desta herança são percebidos no fazer científico do colonizador português e de seus descendentes, a partir do “legalismo, o misticismo jurídico. O próprio anel no dedo, com rubi ou esmeralda, do bacharel ou do doutor brasileiro (...) os óculos ou pincenê também são usados como sinal de sabedoria ou de requinte intelectual e científico”. (FREYRE, 2002a, p. 349-350).

Além destes traços de herança cultural, existe um aspecto de ordem política que corroborou a conformação de uma elite intelectual distante do povo: foi o fenômeno português de colaboração da “burguesia letrada”, a qual emprestava o seu saber universitário à monarquia. Este foi um fator crucial na promoção de sua aristocratização na sociedade lusitana. Este fenômeno ocorreu de forma bastante homogênea na Península Ibérica, sobre o qual comenta Gilberto Freyre (2002a, p. 350):

Compreende-se que os cristãos-novos, vindos da usura, do comércio de escravos e da agiotagem, encontrassem nos títulos universitários de bacharel, de mestre e de doutor a nota de prestígio social que correspondesse às suas tendências [...] uma maneira de se aristocratizarem.

³⁷ “E a mania de sermos todos doutores em Portugal e sobretudo no Brasil (...) não será outra reminiscência sefardínica?” (FREYRE, 2002a, p. 350)

O último aspecto comportamental da intelectualidade luso-brasileira foi o horror ao trabalho manual. Este é um traço cultural da classe dominante portuguesa ao qual Freyre (2002a) atribui raízes sefardínicas, visto o fato destes trazerem consigo uma longa tradição de leitura, de perceberem o estudo como missão e a razão como aliada da fé.

De modo geral, pode-se apontar que os principais aspectos de ordem colonial trazidos para a formação dos intelectuais brasileiros foram: a aristocratização, o legalismo, o colaboracionismo político, o messianismo e o distanciamento das atividades manuais. Eles são detectados por Gilberto Freyre (2002a) como características portuguesas, as quais já advêm de sua colonização por povos do Oriente, sendo isto associado ao aspecto de decadência política de Portugal frente ao cenário europeu.

Contudo, faz-se mister transcender à análise retrospectiva e conhecer como os traços culturais herdados de Portugal foram absorvidos nas condições histórico-sociais específicas da realidade nacional.

3 A INSERÇÃO DOS BACHARÉIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

99

No Brasil, a instrução como uma forma de distinção social foi um fenômeno acentuado por condições específicas do cenário local, quais sejam: a adoção da força de trabalho escravo e o caráter senhorial próprio da monocultura da cana-de-açúcar.

Quanto ao aspecto da característica *missionária* da atividade intelectual, este foi um traço absorvido de modo particular no Brasil, visto que os seus intelectuais se depararam com um fator a mais no seu poder social: a necessidade da nascente nação brasileira construir a sua identidade e contar a sua história.

Neste caso, a responsabilidade daqueles que fazem os registros é a de elaborar a memória coletiva de um povo e indicar-lhe o caminho a ser seguido. Logo, o grupo social que se incumbiu desta atribuição, quase divina, foi denominado por Herschmann, Kropf e Nunes (1996) de “missionários do progresso”.

O desafio destes intelectuais atuantes no século XIX e início do XX não era apenas o de diferenciar-se socialmente ou galgar bons cargos na administração pública; agora, chegara o momento de “um novo tipo de aristocracia” explicar o povo brasileiro. Explicar é claro, a partir de sua linguagem acadêmica, gerando assim um

discurso sobre o Brasil que disputava com os demais a hegemonia explicativa da realidade nacional.

A distância entre a fala do povo e a dos intelectuais era algo tão marcante na cultura nacional que se encontra registrado desde os primórdios da colonização brasileira, visto que o processo civilizador gerou uma dualidade de línguas: uma de luxo, a dos senhores, e a outra popular e corriqueira, a dos nativos.

Este processo se prolonga e se reflete na criação de uma espécie de vácuo comunicacional, o qual pode ser observado nas diferenças de forma e de conteúdo existentes entre “o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo” (FREYRE, 2002a, p. 280).

Manuel Bandeira em seu poema *Evocação do Recife* escreveu sobre estas duas linguagens demarcadas no contexto social brasileiro, como se pode observar no trecho indicado a seguir:

(...)
 A vida não me chegava pelos jornais e pelos livros
 Vinha da boca do povo, na língua errada do povo
 Língua certa do povo
 Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
 Ao passo que nós
 O que fazemos
 É macaquear
 A sintaxe lusíada
 (...)

100

A relação entre o processo de escolarização e a adoção de um padrão urbano e europeu de vida é amplamente explorada por Freyre (2002b) na obra *Sobrados e Mocambos*, tendo por enfoque a ascensão dos bacharéis e seu significado social.

Nesta obra, a formação da identidade nacional é fortemente marcada pela chegada da família real ao Brasil, em 1808. Dentre as várias transformações sofridas com a instalação da corte na colônia, destacam-se aqui os impactos que a composição social da população brasileira sofreu em decorrência do desenvolvimento das cidades e de seu novo personagem: o intelectual diplomado.

Os bacharéis e doutores chegaram inicialmente da Europa e depois de Olinda, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro. Formados em sua maior parte em direito e medicina, eles também fizeram filosofia e matemática, todos jovens e entusiasmados, os quais traziam consigo “as últimas ideias inglesas e as últimas modas francesas”. (FREYRE, 2002b, p. 1216).

Este processo da ascensão do intelectual, como um ator social politicamente relevante, vem no bojo do desenvolvimento urbano e é visualizado por Freyre (2002b) por meio do fenômeno arquitetônico da ascensão dos sobrados enquanto um ícone da crise do modo de vida rural.

Consoante, a família real traz consigo uma nova onda de europeização do Brasil e a difusão de valores burgueses os quais, na ausência de grandes negociantes e industriais, recaem sobre os doutores e bacharéis. Deste modo, o século XIX traz consigo “o prestígio de um elemento novo e brilhante – os bacharéis e médicos...” (FREYRE, 2002b, p. 729). Soma-se a esta causa local outro aspecto da europeização da cultura nacional: o fato de muitos bacharéis irem concluir os seus estudos na Europa e de lá virem com novas ideias, principalmente os revolucionários franceses e os empiristas ingleses.

Para além de um novo tipo de homem que desponta no imaginário da população brasileira do séc. XIX, novas profissões de prestígio lhe dão suporte, como, por exemplo: médico, o mestre régio, o diretor de colégio, o presidente de província, o chefe de polícia, o juiz e o correspondente comercial.

Neste novo cenário, o bacharel em direito e o médico possuem um papel significativo nas modificações do *modus vivendi* nacional, pois eles foram tanto o resultado de mudanças sociopolíticas, como também foram a causa de transformações de costumes.

Segundo Freyre (2002b, p. 737), o bacharel na área jurídica representava “o confronto entre a justiça imperial e a do *pater* famílias rural.” Com isto, o jovem causídico passava a representar “um aliado do governo contra o próprio pai ou avô”. Sua valorização na sociedade brasileira indica também a formação de um Estado Moderno, impessoal e burocrático, o qual necessitava de técnicos para normatizarem e dirigirem o seu funcionamento. Este último aspecto é ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro *Raízes do Brasil*.

Do ponto de vista cotidiano, o bacharel em direito, amparado pelo conhecimento técnico, traz para si o poder de decidir, que outrora era uma prerrogativa do chefe de família³⁸. Ressalte-se que no reinado de Pedro II se

³⁸ Esta característica da impessoalidade de poder, tão necessária ao Estado Moderno, é algo complicado no Brasil frente às suas fortes raízes coloniais, problemática central da análise de Holanda.

viveu o auge do romantismo jurídico, no qual a mocidade do príncipe regente abriu espaço para a juventude dos bacharéis.

Já o médico vem substituir o poder da matriarca, a qual detinha conhecimentos de remédios caseiros. Para que não se subestime a importância deste impacto, é interessante destacar que Gilberto Freyre (2002b) compreende o poder de cura como sendo um dos mais sedutores da autoridade matriarcal.

Além deste aspecto, o médico da família passou a substituir a figura do padre confessor nos conselhos sobre o desenvolvimento biológico dos indivíduos, sobre a melhor forma de prevenção das doenças, na confissão de dores e intimidades do corpo. Como o padre era um aliado do chefe de família, este último se viu novamente afetado em sua dominação sobre a mulher. Como analisa Freyre (2002b, p. 830): “a mulher do sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre”.

Deste modo, a dissolução do modo de vida rural, caracterizado pela centralidade do *pater* famílias, viu-se abalado pela saída dos aspirantes a bacharéis e médicos, tanto pelo desempenho de suas profissões liberais, como já exposto, quanto pelo esvaziamento da administração das fazendas e dos engenhos, os quais perderam os seus “filhos mais ilustres”. Com isso, ficaram disponíveis para a sucessão na administração dos negócios somente aqueles filhos que eram inferiores de inteligência ou que não gozavam de boa saúde.

Este processo de decadência do patriarcado rural é descrito por Freyre (2002b, p. 737) como um drama familiar semelhante ao shakespeariano Rei *Lear*, sendo que, no caso brasileiro, o pai fazendeiro “era traído por filhos doutores ou por filhas casadas com bacharéis”.

A importância que a figura dos bacharéis e doutores tinha para o ajustamento do Brasil (ainda predominantemente indígena) ao sistema imperial foi tão grande que Freyre (2002b, p. 1216) registra a solicitação de um deputado federal da época (Romualdo de Seixas) que fossem enviados, ao Estado do Pará, “carne, farinha e bacharéis”. Com isso, buscava assegurar o processo civilizatório naquela região do país.

4 A IDENTIDADE SOCIAL DOS BACHARÉIS BRASILEIROS

Não ser europeu na Europa e não se sentir brasileiro no Brasil – semelhante aos castigos mitológicos – este era o dilema circular pelo qual passavam os intelectuais brasileiros. Tal fenômeno não ocorria apenas com aqueles que terminavam seus estudos na Europa, mas também com aqueles que se formavam em Olinda, na Bahia, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, visto que do mesmo modo se encontravam epistemicamente vinculados ao pensamento europeu.

Os intelectuais no Brasil tanto se originavam do engenho, quanto eram filhos de mascates e comerciantes da cidade. O primeiro grupo havia entrado em processo de decadência econômica, e o segundo, carecia de reconhecimento, logo, ambos buscavam valorização social. Advindo destes dois grupos (mas principalmente como filho bastardo do primeiro), destacou-se no Brasil a figura do intelectual mulato, como é denominado por Gilberto Freyre.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas pelos *mulatos*, passado o desafio da formação acadêmica e sendo exposto a todos sua inteligência, este intelectual passava a ser tolerado pelas famílias mais tradicionais, como ressalta Freyre, (2002b, p. 1215): “voltavam socialmente iguais aos filhos das mais velhas e poderosas famílias”. Logo, o fenômeno do bacharelismo foi um dos componentes da tão discutida tolerância racial brasileira, temática depreendida da obra freyreana.

Entretanto, pode-se dizer que este processo de inserção social do bacharel mulato na sociedade brasileira não foi tão pacífico quanto pareceu. O fato de o Brasil ainda ser um país escravocrata promovia um choque de realidade em seus intelectuais de origem negra, os quais participaram ativamente de movimentos abolicionistas e republicanos, compondo boa parte das vanguardas dos movimentos sociais brasileiros da época. Sobre este fenômeno, comenta Freyre (2002b, p. 1220) o que “sentiriam estes bacharéis, doutores e semidoutores de cor, como ninguém, a necessidade de melhor ajustamento social que viesse dar aos intelectuais (...) maior responsabilidade na direção política do país.”

É nesse sentido que Freyre (2002b) aponta a inconfidência mineira e as duas insurreições de Pernambuco do início do século XIX, como sendo “revoluções de bacharéis”, ressaltando-se que boa parte dos seus líderes, direta ou indiretamente, eram de ascendência negra.

Com eles, muitos brancos também aderiram à luta por transformação social, porém, é importante frisar que nem todos os bacharéis seguiram esta rota de maneira direta. Outros tantos deles voltavam europeizados e encantados com os

modelos e teorias estrangeiras e, ao retornar ao Brasil, sentiam o desconforto de ver um povo e uma paisagem tão desolada. Isto, muitas vezes, lhes causava estranhamento com suas origens, outras vezes repulsa. O movimento do Romantismo Literário expressa, na visão de Freyre (2002b), uma fuga da dura realidade local e um verdadeiro sentimento de desterritorialização sentido por aqueles que se formaram estudando os autores europeus.

Os bacharéis que se engajaram em um projeto nacional sonhavam com um Brasil independente e republicano, mas a dificuldade de se adaptarem à paisagem, ao clima e à cultura local lhes produziu, de modo geral, uma trajetória que foi da negação ao posterior reencontro com o meio nativo, ainda que “feito e escuro” (FREYRE, 2002b, p. 1219). Este reencontro com a natividade ocorreu aos poucos, como um processo de reconciliação que se deu por meio de planos de reforma política e de reconstrução social, claramente inspirados no naturalismo revolucionário francês.

Como consequência deste gradual processo de reencontro com a realidade, uma parte dos intelectuais iniciou a empresa de aplicar aos problemas brasileiros as teorias e técnicas aprendidas na faculdade e logo foi percebido que havia entre elas uma grande distância. A erudição abstrata não dava conta da realidade concreta e com isto vieram as críticas aos intelectuais do Império, cujos discursos eram repletos de citações dos clássicos, dos franceses e dos ingleses, mas não tangenciava de forma prática as condições socioambientais específicas da realidade brasileira.

A falta de efetividade dos eloquentes discursos proferidos promoveu uma caricaturização da figura dos bacharéis no imaginário social brasileiro, isto porque, em suas posturas, havia um certo “pistacismo intelectual”, fazendo com que os homens de decisão, que despontavam no cenário da nascente República, se afastassem da realidade nacional. Isto se observa na passagem:

Em vão se procurará nos seus discursos, programas, pareceres, proclamações, a expressão dos problemas efetivos do momento e as suas soluções possíveis. Discutem sobre os casos que se apresentam na vida corrente da nacionalidade com as teorias gerais dos livros estrangeiros ou com os chavões e aforismos consagrados (...). Raciocinam a grandes alturas, veem sistemas e perdem de vista as condições em que os fatos se passam. (BOMFIM, 1993, p. 168).

Sobre a importação dos vagos sistemas macro-explicativos para empreender a análise da realidade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda afirma que nenhum

deles foi mais assimilado que o Positivismo. Sua adoção vinha no sentido de responder à questão central que a partir de meados do período imperial já se avizinhava: “como viabilizar uma civilização nos trópicos?” (HERSCHMANN; KROPF; NUNES, 1996, p. 19).

Mas afinal, sendo o bacharel uma expressão social de negação do *pater famílias*, mas se originando em boa parte dos grupos tradicionais, que identidade social lhe restou? Não representava mais o modo de vida rural e sim o homem urbano e moderno, por meio do qual um novo projeto de país germinava.

Deste modo, a identidade social dos bacharéis brasileiros era a de agentes de transformação social, os quais, por meio da adoção de teorias importadas, deveriam modernizar o país sem a inserção direta do povo. Aliás, quando um indivíduo era de origem popular, como no caso dos intelectuais *mulatos*, estes só atingiam o reconhecimento social de agente político ao se formarem e com isto se “europeizarem” em seus modos de pensar e viver.

Ao realizar sua análise a partir dos valores coloniais, Gilberto Freyre vê no fenômeno do bacharelismo uma demarcação de urbanização e de crise do poder familiar. Contudo, ao realizar sua análise a partir dos valores do Estado Moderno, Sérgio Buarque de Holanda vê, na maneira dúbia e conciliadora como os bacharéis vão guiar a formação da nação brasileira, um entrave para o seu desenvolvimento.

Assim, pode-se perceber que o bacharelismo no Brasil foi um fenômeno de transição que marcou a passagem de um modo de vida tradicional para o moderno. Ele possui raízes no passado e galhos no futuro. Daí também se compreende o gosto de seus representantes por novidades e modismos estrangeiros os quais traduzem todo o potencial que o novo representa.

4 CONCLUSÃO

O bacharelismo é um fenômeno histórico e socialmente determinado, no qual um novo grupo social passa a receber reconhecimento e espaço político na sociedade: os intelectuais formados em faculdades. Caracterizam-se pelos seus espíritos livrescos, por gostarem de axiomas, conceitos e sistemas os quais foram importados das metrópoles coloniais.

A ascensão desta nova identidade social indica a existência de um processo de modernização da sociedade e a crise do modo de vida tradicional. Com isto, o

bacharelismo, como um movimento de modernização, forma uma unidade dialética de negação do passado e afirmação do futuro, no qual a figura do bacharel surge como agente civilizatório que promove o momento de síntese em sua ação pontual.

A unidade entre o velho e o novo é percebida no fato do bacharelismo ser um fenômeno que busca aristocraticamente uma distinção social, que copia os modos de vida da metrópole, que gerou um perfil de intelectual que, mais tarde, foi contribuir para a derrocada deste sistema patriarcal, auxiliando na expansão dos centros urbanos e na modernização do aparato público brasileiro.

Outro aspecto denotado nesta unidade de opostos, que foi o bacharelismo brasileiro, pode ser observado no fato de que a mesma instrução que denotava requinte familiar, com o passar do tempo se tornou um veículo de aceitação social de filhos bastardos ou genros de origem humilde que se dedicaram aos estudos. Logo, uma geração de netos de fazendeiros e senhores de engenho, filhos bastardos e mulatos alforriados puderam abrir espaço próprio de reconhecimento na sociedade, trazendo um novo saber para a sociedade e arruinando a centralidade do poder familiar. Viu-se, então, a capacidade civilizatória que os jovens que seguiram as carreiras liberais promoveram na antiga sociedade patriarcal.

De modo geral, encerra-se afirmando que o bacharelismo faz parte do longo processo de modernização da sociedade brasileira, que demandou adaptações superestruturais, a fim de suportar o desenvolvimento de novas relações sociais produção. O seu desenvolvimento foi muito mais sentido nos séculos XIX e XX, quando, do Império à República, o país necessitava se constituir ideologicamente.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 123-152. Disponível em: < <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi1a3.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002a. (Coleção Intérpretes do Brasil)

_____. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002b. (Coleção Intérpretes do Brasil)

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro _ 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 7. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2007.